

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

**1.1.** O presente termo de referência tem por objetivo estabelecer os requisitos mínimos para **registrar preços a serem atendidos para eventual e futura contratação de empresa(s) especializada(s) para Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de licença de uso, em caráter não permanente, de software on-line, com arquitetura baseada em computação em nuvem e recursos de Inteligência Artificial, destinado ao apoio à automação, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento de projetos estratégicos, por meio da unificação e tratamento inteligente do conhecimento institucional, processamento de dados estruturados e não estruturados, criação e execução de fluxos automatizados e apoio à tomada de decisões, incluindo suporte técnico, manutenção evolutiva e corretiva, atualizações tecnológicas e treinamento de usuários, para atendimento das necessidades da Secretaria de Projetos Estratégicos – SEPE da Prefeitura Municipal de Caruaru**, conforme especificações técnicas deste Termo de Referência e adequadas à realidade administrativa do Município.

**1.2.** A contratação deverá obedecer às exigências, condições, quantidades e especificações técnicas estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar, neste Termo de Referência e em seus anexos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com o Decreto Municipal nº 009, de 17 de janeiro de 2024, e demais normas aplicáveis às contratações públicas.

### 2. DA JUSTIFICATIVA

#### 2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

**2.1.1.** A presente contratação visa atender à necessidade administrativa da Secretaria de Projetos Estratégicos - SEPE, órgão diretamente subordinado ao(à) Chefe do Executivo Municipal, com competências legais definidas no art. 10 da Lei Complementar nº 147, de 10 de janeiro de 2025, notadamente no que se refere ao acompanhamento da execução de projetos estratégicos e prioritários, à definição de parâmetros para sua estruturação, à proposição de novos projetos de desenvolvimento e à gestão de equipamentos públicos estratégicos, como o Autódromo Internacional de Caruaru e o Aeroporto Oscar Laranjeira.

**2.1.2.** Estimativas internas da SEPE indicam que aproximadamente 75% a 80% das demandas administrativas e técnicas da Secretaria estão diretamente relacionadas às atividades previstas nos incisos I, II e III do art. 10 da Lei Complementar nº 147, de 10 de janeiro de 2025, envolvendo o acompanhamento contínuo de projetos estratégicos, a análise de documentos técnicos, a consolidação de informações intersetoriais e a elaboração de relatórios gerenciais para subsidiar decisões do Chefe do Executivo e da alta gestão municipal.

**2.1.3.** Considerando a natureza transversal das atribuições da SEPE, verifica-se que parcela significativa das demandas sob sua responsabilidade envolve atividades intensivas em conhecimento, baseadas na

análise de informações não estruturadas, tais como relatórios, contratos, termos de referência, planos de trabalho, normativos e registros administrativos, produzidos e armazenados em diferentes formatos e sistemas institucionais. Tal contexto impõe desafios operacionais à consolidação, recuperação e padronização das informações, com reflexos na eficiência e na tempestividade do acompanhamento dos projetos estratégicos.

**2.1.4.** Ademais, as rotinas operacionais associadas ao acompanhamento e monitoramento dos projetos estratégicos envolvem tarefas repetitivas e passíveis de automação, tais como consolidação de dados, atualização de status de projetos, verificação de prazos, geração de relatórios e respostas a demandas recorrentes da gestão superior.

**2.1.5.** As ferramentas convencionais atualmente disponíveis não atendem de forma adequada às necessidades da SEPE, especialmente por não compreenderem o contexto dos projetos, o que resulta em elevado índice de retrabalho e inconsistências. Avaliações internas de natureza qualitativa indicam que os sistemas tradicionais de automação apresentam limitações recorrentes nos fluxos analisados, especialmente quando há necessidade de interpretação documental e correlação de dados provenientes de múltiplas fontes, o que resulta em retrabalho e perda de eficiência operacional.

**2.1.6.** Diante desse cenário, a SEPE demanda a adoção de solução tecnológica baseada em Inteligência Artificial, capaz de unificar e tratar de forma inteligente o conhecimento institucional, automatizar atividades repetitivas e oferecer apoio qualificado à gestão, ao desenvolvimento e ao monitoramento dos projetos estratégicos, em consonância com suas competências legais.

**2.1.7.** Justifica-se, assim, a necessidade administrativa de contratação de solução que contemple, de forma integrada:

- Centralização e organização do acervo informacional da SEPE, com processamento de dados estruturados e não estruturados;
- Automação de fluxos de trabalho associados às competências previstas nos incisos I, II e III do art. 10 da Lei Complementar nº 147, de 10 de janeiro de 2025;
- Acompanhamento sistemático da execução dos projetos estratégicos e prioritários, com controle de metas, prazos, indicadores e riscos;
- Geração de relatórios gerenciais e painéis de controle, destinados a subsidiar decisões estratégicas do Poder Executivo;
- Rastreabilidade, auditabilidade e governança das informações, assegurando transparência administrativa.

**2.1.8.** A presente contratação encontra-se devidamente fundamentada em Estudo Técnico Preliminar, que descreve de forma detalhada a necessidade administrativa, a viabilidade técnica e econômica e a adequação da solução proposta, evidenciando que a adoção de plataforma tecnológica integrada, baseada em Inteligência Artificial, em regime de cessão de uso (Software como Serviço – SaaS), associada à prestação contínua de serviços de suporte técnico, capacitação de usuários, manutenção e assessoria especializada, configura a alternativa mais vantajosa, eficiente e sustentável para a Administração Pública

Municipal, especialmente para o fortalecimento da atuação transversal da Secretaria de Projetos Estratégicos - SEPE, com aplicação aos órgãos da administração direta e indireta envolvidos na execução e no monitoramento de projetos estratégicos.

## 2.2. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

**2.2.1.** A justificativa para o quantitativo necessário ao atendimento da necessidade pública encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 6 do ETP).

## 2.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

**2.3.1.** A justificativa da escolha da solução a ser licitada encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 4 do ETP).

**2.3.2.** Diante da necessidade perene, a opção pelo Registro de Preços emerge como uma abordagem estratégica e eficiente, estando em consonância com as orientações dispostas na Lei 14.133/2021, senão vejamos:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

II - **Processamento por meio de sistema de registro de preços**, quando pertinente;

**2.3.3.** Pela leitura da legislação, nota-se que, sempre que possível, as compras realizadas pela Administração Pública serão realizadas pelo procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preço. Outrossim, a Lei 14.133/2021 passou a valorizar a matéria, dando destaque específico a sua conceituação no inciso XLV, do art. 6º, conforme abaixo:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;

**2.3.4.** Salienta-se ainda que a Lei 14.133/2021 foi categórica ao classificar o Sistema de Registro de Preços como espécie de procedimento auxiliar. Essa consolidação legal ocorre de forma específica no Capítulo X, mais precisamente nos artigos 78 e seguintes, ressaltando a importância estratégica que o SRP detém no contexto dos procedimentos licitatórios.

**2.3.5.** Do ponto de vista doutrinário, a solução também é amplamente respaldada. Para **Rafael Sérgio de Oliveira**, o SRP “possibilita ao gestor público maior racionalidade administrativa, pois permite contratações conforme a efetiva necessidade, evitando o comprometimento imediato de dotações orçamentárias e reduzindo riscos de aquisições superestimadas ou ineficazes”.<sup>1</sup> Na mesma linha, **Marçal Justen Filho** destaca que “No Registro de Preços, a licitação destina-se a selecionar fornecedor e proposta para contratações não específicas, seriadas, que poderão ser realizadas durante certo período, por repetidas vezes. A proposta selecionada fica à disposição da Administração que, se e quando desejar adquirir, se

<sup>1</sup> Oliveira, Rafael Sérgio de. Comentários à Lei nº 14.133/2021, 2ª ed., p. 1029



valerá dos preços registrados, tantas vezes quantas o desejar (dentro dos limites estabelecidos no ato convocatório)”.<sup>2</sup>

**2.3.6.** Corroborando esse entendimento, o **Tribunal de Contas da União**, no **Acórdão nº 2.764/2015 - Plenário**, asseverou que:

O Sistema de Registro de Preços deve ser utilizado pela Administração Pública como instrumento de planejamento e racionalização das contratações, e não apenas como ferramenta para acelerar compras.

**2.3.7.** No plano normativo local, o art. 4º do **Decreto Municipal nº 035, de 14 de março de 2024**, estabelece as hipóteses de adoção do SRP, sendo cabível sua utilização quando:

**Art. 4º** O Sistema de Registro de Preços (SRP) será adotado, em especial, quando:

I - Considerando-se as características do objeto, houver a necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - For conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou a contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou em regime de tarefa;

III - Houver a intenção de atender a mais de um órgão ou entidade da Administração Municipal, ou a programas de governo diversos, inclusive por meio das compras centralizadas;

IV - Pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo que será demandado pela Administração Municipal.

Parágrafo único. A mera ausência de previsão orçamentária não constitui causa suficiente para adoção do SRP.

**2.3.8.** A contratação em análise tem por finalidade a prestação de serviços tecnológicos continuados, consistentes na cessão de uso de plataforma digital baseada em Inteligência Artificial, em regime de Software como Serviço (SaaS), destinada ao apoio à gestão, ao desenvolvimento, ao acompanhamento e ao monitoramento de projetos estratégicos, com uso de recursos de automação, tratamento de dados estruturados e não estruturados, geração de informações gerenciais e suporte à tomada de decisões no âmbito da Administração Pública Municipal. Trata-se de solução de uso recorrente e contínuo, cuja demanda está diretamente relacionada à dinâmica dos projetos estratégicos, ao número de usuários habilitados, à expansão progressiva do uso da plataforma e à ativação gradual de funcionalidades nativas, conforme as necessidades institucionais dos órgãos demandantes, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar.

**2.3.9.** O cenário apresentado enquadra-se nas hipóteses previstas nos **incisos I e IV do art. 4º do Decreto Municipal nº 035/2024**, que autorizam a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) quando houver:

<sup>2</sup> Filho, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 2021

- necessidade de contratações permanentes ou frequentes, considerando a natureza do objeto, que se destina ao uso contínuo e recorrente no apoio às atividades estratégicas da Administração Municipal; e
- impossibilidade de definição prévia e precisa dos quantitativos a serem demandados, em razão da natureza dinâmica da solução, da variabilidade estimada do número de usuários, do volume projetado de projetos a serem acompanhados e da ativação progressiva de funcionalidades já integrantes da plataforma.

Nesse contexto, a utilização do Sistema de Registro de Preços mostra-se a solução mais eficiente e vantajosa, por permitir que a Administração realize as contratações de forma planejada, gradual e conforme a necessidade efetiva, evitando superdimensionamento inicial, promovendo maior racionalidade orçamentária e assegurando flexibilidade operacional, sem prejuízo da continuidade do serviço.

**2.3.10.** A adoção do SRP assegura eficiência na gestão contratual, previsibilidade de preços, padronização tecnológica e celeridade na formalização das contratações derivadas, além de possibilitar melhor aderência entre o consumo real da solução e a despesa pública, aspectos especialmente relevantes em contratações de soluções tecnológicas baseadas em Inteligência Artificial, sujeitas a constante evolução funcional e operacional.

**2.3.11.** A justificativa da escolha da solução encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar, sendo a modalidade **Pregão Eletrônico com utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP)** a mais adequada para a contratação.

**2.3.13.** Essa opção decorre da necessidade de assegurar ampla competitividade, celeridade processual e economicidade, permitindo à Administração obter condições mais vantajosas, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto Municipal nº 035/2024.

## **2.4. JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS (IRP)**

**2.4.1.** A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade possibilitar a divulgação prévia da intenção da Administração de realizar licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços, permitindo a eventual manifestação de interesse de outros órgãos ou entidades, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção de ganhos de escala.

**2.4.2.** Contudo, nos termos do §1º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e do §4º do art. 15 do Decreto Municipal nº 035/2024, admite-se a dispensa da IRP nas hipóteses em que o órgão gerenciador figure como único demandante ou quando as características da demanda e do objeto tornarem incompatível ou desnecessária a tramitação do referido procedimento.

**2.4.3.** No presente caso, a contratação tem por objeto a cessão de uso de plataforma tecnológica baseada em Inteligência Artificial, em regime de Software como Serviço (SaaS), destinada ao apoio às atividades estratégicas da Secretaria de Projetos Estratégicos – SEPE, cujo planejamento da demanda foi realizado de forma específica e direcionada, considerando as necessidades institucionais do órgão demandante.

**2.4.4.** Trata-se de solução de uso especializado e estratégico, cuja configuração inicial, governança, parametrização e acompanhamento demandam gestão centralizada, especialmente na fase de implantação e estabilização da solução. Nesse contexto, a ampliação imediata do escopo por meio da Intenção de

Registro de Preços não se mostra adequada no momento, considerando que o planejamento atual se limita às necessidades já mapeadas, sem prejuízo da possibilidade de adesões futuras, desde que observadas as condições da Ata de Registro de Preços e o interesse público devidamente justificado.

**2.4.4.** Ademais, a realização da IRP, no presente contexto, não agregaria ganhos relevantes de escala ou eficiência, podendo, ao contrário, introduzir complexidade administrativa e alongar desnecessariamente o cronograma de contratação, em prejuízo da tempestividade necessária à implementação da solução.

**2.4.5.** Dessa forma, a dispensa da IRP justifica-se por razões de eficiência, economicidade, celeridade processual e aderência ao planejamento institucional, permanecendo assegurados os princípios da publicidade, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, por meio do regular procedimento licitatório.

### 3. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

**3.1.** Os bens e serviços a serem adquiridos se classificam como **bens de natureza comum**, nos termos do XIII, do artigo 6º, da Lei 14.133/2021.

3.1.1. O serviço dessa contratação é caracterizado como de natureza comum, com características e especificações usuais do mercado, conforme termos da Lei 14.133/2021. Sendo assim, os requisitos técnicos são suficientes para determinar o conjunto da solução escolhida, os serviços são fornecidos comercialmente por mais de uma empresa no mercado, e há possibilidade de definir o padrão de desempenho ou a qualidade, segundo especificações usuais do mercado.

3.1.2. A presente contratação enquadra-se como serviço contínuo, conforme disposto no inciso XV do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

“XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.”

3.1.2.1. A presente contratação tem por objeto a licença de uso, em caráter não permanente, de software on-line, com arquitetura em computação em nuvem, baseado em Inteligência Artificial, destinado ao apoio à gestão, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento de projetos estratégicos no âmbito do Município de Caruaru, abrangendo, de forma integrada, suporte técnico, manutenção corretiva e evolutiva, atualizações tecnológicas e treinamento de usuários, a ser executada de maneira contínua e regular ao longo da vigência contratual, em atendimento às demandas institucionais permanentes da Secretaria de Projetos Estratégicos - SEPE.

3.1.2.2. A solução tecnológica contratada deverá estar plenamente disponível para a SEPE e para os órgãos e unidades administrativas envolvidos na execução e no acompanhamento de projetos estratégicos, assegurando eficiência operacional, padronização de procedimentos, qualidade da informação e apoio qualificado à tomada de decisões. A modalidade adotada visa garantir a plena funcionalidade da plataforma, com controle gerencial, transparência, segurança da informação e economicidade, contribuindo para o fortalecimento da governança de projetos, da coordenação intersetorial e do planejamento estratégico municipal.



3.1.3. Oportuno evidenciar entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco exarado no Acórdão nº 540/11 (Processo de Consulta nº 1005177-6), que estabeleceu o conceito para bem ou serviço comum:

a) Para que um objeto possa ser caracterizado como comum para fins do pregão, há de observar, cumulativamente, às seguintes premissas:

- (a.1) que a técnica envolvida em seu fornecimento, produção ou execução seja conhecida e dominada pelo específico mercado de ofertantes, seja o objeto simples ou complexo tecnologicamente, com ou sem especificidades técnicas, feito ou não sobre encomenda;
- (a.2) que as suas especificações, definidas em edital, por si só viabilizem o julgamento objetivo das propostas consoante o critério do menor preço;
- (a.3) que a estrutura procedimental do pregão, mais sumária e célere do que a prevista para as demais modalidades licitatórias, não seja fator comprometedor da segurança e certeza na avaliação das suas características primordiais.

3.1.4. Portanto, no caso em epígrafe, há a incidência cumulativa das premissas citadas para a caracterização do objeto como comum.

**3.2. A licitação será processada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como critério de julgamento o menor preço GLOBAL, conforme justificativa constante no tópico 9 do ETP.**

3.2.1. Em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, impõe-se esclarecer que, no caso concreto, mostra-se tecnicamente inviável a adjudicação do objeto por itens, tendo em vista que as funcionalidades e os serviços exigidos são interdependentes e devem operar de forma integrada, sob pena de comprometer a coerência sistêmica da solução, a efetividade do uso da Inteligência Artificial e, por consequência, inviabilizar o alcance dos resultados esperados com a gestão, o acompanhamento e o monitoramento dos projetos estratégicos do Município.

3.2.2. Ademais, a realização da licitação de forma fracionada representa potencial risco ao interesse público, considerando que a fragmentação dos componentes da solução, tais como tratamento e análise de informações estruturadas e não estruturadas, automação de fluxos internos, aplicações e agentes de Inteligência Artificial personalizados, painéis gerenciais (dashboards) e mecanismos de rastreabilidade das informações e decisões, poderia resultar em incompatibilidades técnicas entre sistemas distintos, comprometendo a integração de dados, a confiabilidade das informações e a capacidade de coordenação intersetorial inerente à atuação da SEPE.

3.2.3. A dissociação do objeto também poderia ocasionar descontinuidade na execução, em razão de dificuldades operacionais e gerenciais na integração de serviços prestados por diferentes fornecedores, especialmente em ambiente de computação em nuvem e soluções baseadas em Inteligência Artificial. A centralização da contratação em um único prestador assegura maior eficiência na comunicação entre módulos, agilidade na manutenção corretiva e evolutiva, uniformidade das atualizações tecnológicas, bem como padronização da qualidade do suporte técnico, do treinamento e do assessoramento especializado.

3.2.4. Nesse sentido, para contratações que envolvem licença de uso, em caráter não permanente, de software on-line, com arquitetura em computação em nuvem, baseado em Inteligência Artificial, destinado ao apoio à gestão, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento de projetos estratégicos, incluindo suporte técnico, manutenção, atualizações tecnológicas e treinamento de usuários, faz-se necessária a adjudicação global do objeto, uma vez que seus elementos não são tecnicamente divisíveis, tampouco seria economicamente viável sua separação. Ademais, a contratação unificada facilita o controle da execução contratual, a fiscalização técnica e a responsabilização do contratado, em consonância com a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU).

**3.3. O modo de disputa a ser utilizado é o ABERTO.**

**3.4.** A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que melhor se adequam ao objeto pretendido.

#### **4. DA PREVISÃO DA VEDAÇÃO OU PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO**

**4.1.** A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 15, admite, como regra, a participação de empresas em consórcio, ressalvada a possibilidade de vedação devidamente motivada, quando justificada pelas características do objeto e pelos riscos associados à contratação. O mesmo diploma legal exige que, na fase preparatória, conste a motivação circunstanciada acerca das regras relativas à participação de consórcios, conforme dispõe o art. 18, inciso IX, de modo que a opção administrativa seja coerente com o objeto, a estratégia de contratação e os resultados pretendidos, em observância aos princípios da eficiência, do planejamento, da competitividade e da segurança jurídica.

**4.2.** No caso concreto, com base nos estudos técnicos realizados, entendeu-se pela vedação à participação de empresas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua modalidade de constituição, tendo em vista que o objeto da contratação não se caracteriza como serviço fragmentável ou divisível, mas como solução tecnológica única, integrada e de operação contínua.

**4.3.** Trata-se da contratação de plataforma tecnológica baseada em Inteligência Artificial, em arquitetura de computação em nuvem, destinada ao apoio à gestão, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento de projetos estratégicos, com centralização de informações institucionais, automação de fluxos internos, geração de relatórios gerenciais, painéis de controle e rastreabilidade das decisões. A solução pressupõe arquitetura unificada, base de dados integrada e orquestração centralizada de processos, características incompatíveis com a execução compartilhada por múltiplos operadores.

**4.4.** Embora a disciplina legal do parcelamento do objeto esteja relacionada, em regra, à divisão em itens ou lotes, a *ratio legis* é plenamente aplicável por analogia à análise da participação de consórcios: evitar fracionamentos que comprometam a integridade técnica, a estabilidade operacional e a responsabilidade



unificada sobre sistemas integrados e de missão estratégica. No presente caso, a divisão da execução entre empresas consorciadas poderia comprometer o desempenho sistêmico e a coerência da solução.

**4.5.** A plataforma a ser contratada executará serviços transversais de apoio à tomada de decisão estratégica, envolvendo múltiplas áreas da Administração Municipal. A repartição de responsabilidades entre empresas consorciadas implicaria, na prática, a fragmentação da governança técnica, com coexistência de métodos, rotinas, ciclos de atualização e padrões distintos, elevando o risco operacional, dificultando a rastreabilidade de falhas e ampliando a complexidade de integração interna entre os próprios integrantes do consórcio.

**4.6.** Ademais, a gestão unificada de perfis de acesso, trilhas de auditoria, versionamento de modelos de Inteligência Artificial, controles de segurança da informação e resposta a incidentes mostra-se substancialmente mais eficaz quando concentrada em um único operador, com responsabilidade integral sobre a disponibilidade, a integridade e o desempenho da solução, reduzindo ambiguidades quanto à titularidade das obrigações técnicas e contratuais.

**4.7.** Ainda que a Lei nº 14.133/2021 preveja a responsabilidade solidária dos integrantes de consórcios, a natureza da solução demanda ponto único de responsabilização, especialmente para correção de falhas, ajustes evolutivos, gestão de mudanças e mitigação de riscos. A existência de múltiplos executores tende a alongar a cadeia decisória e a dificultar respostas céleres, em afronta à lógica de governança de riscos prevista no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

**4.8.** O objeto contratual também envolve serviços contínuos e indissociáveis, tais como suporte técnico, manutenção corretiva e evolutiva, atualizações tecnológicas e capacitação de usuários. A execução por um único prestador permite a definição de roadmap tecnológico unificado, gestão clara de níveis de serviço (SLA), controle de versões e padronização do suporte, assegurando a continuidade e a confiabilidade da plataforma ao longo da vigência contratual.

**4.9.** Ressalte-se que a vedação à participação de consórcios não possui caráter restritivo indevido, mas decorre diretamente das características técnicas do objeto e do perfil de risco da contratação. O Estudo Técnico Preliminar e a pesquisa de mercado que instruem o processo demonstram a existência de fornecedores aptos, individualmente, a executar o objeto com qualidade e competitividade, preservando o princípio da ampla concorrência sem comprometer a integridade da solução.

**4.10.** O Tribunal de Contas da União tem entendimento consolidado no sentido de que a decisão administrativa quanto à admissão ou vedação de consórcios deve ser motivada, proporcional e compatível com o objeto licitado, o que se verifica no presente caso, diante da complexidade técnica, da integração sistêmica e da necessidade de governança unificada da solução.

**4.11.** Diante do exposto, considerando o caráter de sistema único e integrado, a natureza estratégica da solução, a sensibilidade das informações tratadas, a necessidade de continuidade operacional, segurança da informação, rastreabilidade das decisões e responsabilização clara do contratado, justifica-se técnica e juridicamente a vedação à participação de empresas em consórcio neste certame, com fundamento nos arts. 15 e 18, inciso IX, combinados com os arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, como medida necessária

à mitigação de riscos, ao fortalecimento da governança e à efetividade da atuação da Secretaria de Projetos Estratégicos - SEPE.

## 5. DEFINIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

**5.1.** Trata-se da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de licença de uso, em caráter não permanente, de software on-line, disponibilizado em ambiente de computação em nuvem, baseado em Inteligência Artificial, destinado ao apoio à gestão, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento de projetos estratégicos, incluindo serviços de implantação, configuração, suporte técnico, manutenção corretiva e evolutiva, atualizações tecnológicas contínuas e capacitação dos usuários, em atendimento às necessidades da Secretaria de Projetos Estratégicos.

**5.2.** Os quantitativos estimados, bem como as unidades de medida, periodicidade de fornecimento e parâmetros técnicos mínimos da solução, encontram-se definidos na tabela a seguir, observada a execução contínua dos serviços durante a vigência contratual:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD
1	Implantação, Configuração e Setup da Plataforma Tecnológica baseada em Inteligência Artificial para Gestão e Monitoramento de Projetos Estratégicos, incluindo a parametrização inicial de ambiente e definição de perfis de acesso.	MÊS	1
2	Licenciamento de uso da Plataforma Tecnológica (SaaS) em ambiente de nuvem, incluindo hospedagem, manutenção corretiva e evolutiva, contemplando as cotas de consumo INTEGRAIS para o período de 12 meses: Até 150 contas de usuários comuns e 10 administradores; Suporte a até 6.000 acessos simultâneos; Cota Anual: Até 30 (trinta) aplicações e fluxos no-code; Cota Anual: Armazenamento/indexação de até 100.000 páginas; Cota Anual: Realização de até 2.000 buscas e consultas; Cota Anual: Até 200 (duzentos) insights de documentos; Integração com 01 número institucional de WhatsApp; Cota Anual: Até 50.000 interações pelo assistente de IA.	MÊS	12
3	Treinamento inicial e capacitação técnica de usuários da SEPE e órgãos envolvidos, visando a autonomia operacional na plataforma e no uso de ferramentas de automação.	MÊS	1
4	Suporte técnico operacional e atendimento a chamados para resolução de dúvidas e incidentes, com monitoramento contínuo de disponibilidade e níveis de serviço (SLA).	MÊS	12
5	Serviços de atualização tecnológica e evolução funcional da plataforma, garantindo a inclusão de novos recursos, patches de segurança e melhorias de interface aplicadas mensalmente.	MÊS	12

**5.2.1.** Ressalta-se que os itens de implantação, configuração inicial e capacitação de usuários possuem execução concentrada no primeiro mês de vigência contratual, período necessário para disponibilização e preparação do ambiente tecnológico. A partir dessa etapa inicial, a solução permanecerá em operação contínua, com prestação dos serviços de licenciamento da plataforma, suporte técnico, manutenção e atualizações tecnológicas ao longo de toda a vigência contratual.

### 5.3. Especificações Técnicas e Forma de Execução



**5.3.1.** Os serviços serão prestados por meio de solução única e integrada, operando de forma contínua durante a vigência contratual, com fornecimento da licença de uso da plataforma, suporte técnico ativo e atualizações permanentes, observadas as especificações técnicas mínimas a seguir descritas.

**5.3.1.1. Infraestrutura e Acesso**

A solução deverá, no mínimo:

- Ser fornecida em plataforma online (Software como Serviço – SaaS), com acesso via navegador web;
- Utilizar infraestrutura em nuvem, com ambiente seguro, escalável e de alta disponibilidade;
- Possuir mecanismos de autoescala, backup automático, plano de recuperação de desastres e monitoramento contínuo;
- Adotar arquitetura multi-tenant, com segregação lógica de ambientes por contratante;
- Garantir suporte técnico remoto e atualizações contínuas, sem interrupções relevantes.

**5.3.1.2. Funcionalidades Obrigatórias**

A plataforma deverá contemplar, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

a) Ingestão, processamento e organização de informações

- Upload e tratamento de arquivos em múltiplos formatos (PDF, DOC, planilhas, imagens, áudio e vídeo);
- Indexação e categorização de informações estruturadas e não estruturadas;
- Incorporação dos dados à base institucional da SEPE;
- Vedação à retenção ou utilização dos dados pela contratada para fins estranhos ao contrato.

b) Gestão e monitoramento de projetos com uso de Inteligência Artificial

- Criação de ambientes individualizados por projeto;
- Análise contextual de documentos e informações associadas;
- Apoio automatizado à identificação de prazos, riscos, entregas e pendências;
- Organização e acompanhamento integrado dos projetos estratégicos.

c) Automação de fluxos e aplicações no-code

- Ambiente no-code para criação de fluxos automatizados;
- Possibilidade de desenvolvimento de aplicações internas por usuários não técnicos;
- Automação de tarefas administrativas e rotinas de acompanhamento.

d) Comunicação interna via WhatsApp com IA



- Integração com número institucional de WhatsApp;
- Chatbot com Inteligência Artificial para consulta a projetos, documentos e informações internas;
- Atendimento restrito a usuários autorizados da Administração.

#### e) Relatórios, indicadores e painéis de controle

- Geração automatizada de relatórios gerenciais;
- Dashboards com indicadores de desempenho, prazos e status dos projetos;
- Rastreabilidade das informações e das ações realizadas na plataforma.

### 5.3.1.3. Segurança da Informação e Conformidade

- Criptografia de dados em trânsito e repouso;
- Autenticação em dois fatores (2FA);
- Registro e auditoria de logs de acesso;
- Conformidade com a LGPD e com o Decreto Municipal nº 058/2024;
- Responsabilidade exclusiva da contratada por incidentes de segurança da informação.

### 5.3.1.4. Integração e APIs

- Disponibilização de API RESTful segura e documentada;
- Suporte à integração com sistemas institucionais existentes;
- Testes de homologação antes da entrada em produção;
- Suporte técnico contínuo após a integração.

### 5.3.1.5. Suporte Técnico e Capacitação

- Suporte técnico em horário comercial;
- Atendimento multicanal;
- Treinamento inicial e capacitações periódicas dos usuários;
- Comunicação formal sobre atualizações e evoluções da plataforma.

## 5.4. Prova de Conceito (PoC)

**5.4.1.** Em conformidade com o § 3º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, a solução ofertada deverá ser submetida à Prova de Conceito (PoC), a ser realizada na fase de julgamento. A PoC consistirá em demonstração prática da plataforma em ambiente simulado com dados reais ou similares, com o objetivo de verificar a aderência da proposta às funcionalidades exigidas, incluindo, mas não se limitando a: automação de fluxos internos, tratamento e análise de informações estruturadas e não estruturadas, uso de Inteligência Artificial aplicada à gestão de projetos, rastreabilidade gerencial e painéis de controle. A avaliação da PoC será critério determinante para a homologação da proposta vencedora, conforme interesse da Administração.

## 6. ESTIMATIVA DO VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO

**6.1.** O valor estimado para contratação está expresso em Mapa Comparativo de Preços elaborado pela Gerência de Compras e Cotações da SAD, parte integrante do presente Termo de Referência.

**6.2.** O valor estimado constitui-se em mera previsão dimensionada, não estando a Prefeitura obrigada a realizá-la em sua totalidade, não cabendo à Contratada o direito de pleitear qualquer tipo de reparação. Portanto, a Prefeitura se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a verba prevista.

**6.3.** Os valores unitários estabelecidos no Mapa Comparativo de Preços são considerados valores de referência para fins de julgamento de proposta de preços deste processo licitatório, de modo que não serão aceitos/homologados valores unitários superiores aos respectivos valores estabelecidos no Mapa de Preços estimado.

**6.4.** No valor estimado estão inclusos equipamentos, material, mão de obra e todos os tributos e taxas incidentes, direta ou indiretamente, sobre o objeto da licitação, na forma e nas condições estipuladas por este Termo de Referência e na legislação em vigor aplicável.

## 7. DO PRAZO PARA PAGAMENTO E DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

**7.1.** Os serviços abrangidos no objeto da presente contratação serão implementados por etapas consecutivas ou concomitantes, conforme a natureza e a complexidade das funcionalidades da plataforma, observadas as especificações técnicas e os parâmetros de desempenho definidos neste Termo de Referência, bem como o cronograma de execução a seguir:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO PARA EXECUÇÃO	FORMA DE PAGAMENTO
<b>Etapla I – Implantação</b>	Implantação da plataforma, configuração inicial do ambiente, parametrização funcional, integração com sistemas institucionais indicados pela SEPE, capacitação inicial dos usuários e realização de testes operacionais.	Até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato.	Pagamento da Etapa I até 30 (trinta) dias após o aceite formal da implantação.
<b>Etapla II – Licenciamento, Suporte e Atualização</b>	Prestação contínua dos serviços de licenciamento de uso (SaaS), suporte técnico operacional, manutenção corretiva e evolutiva, atualizações tecnológicas e apoio à operação da solução.	Durante toda a vigência contratual, após a conclusão da Etapa I.	Pagamentos mensais, após atesto da execução dos serviços pela fiscalização do contrato.

**7.2.** A execução contratual deverá ter início no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado mediante justificativa técnica devidamente fundamentada e aceita pela Administração.

**7.3.** A solução tecnológica deverá disponibilizar todas as funcionalidades em ambiente web, com acesso remoto e seguro, contemplando, no mínimo, as seguintes etapas e capacidades operacionais:

- Integração com bases institucionais e sistemas indicados pela SEPE, por meio de APIs ou outros meios tecnicamente adequados;
- Ingestão, processamento, organização e análise de dados estruturados e não estruturados, incluindo documentos em formatos diversos;
- Criação, configuração e operação de aplicações e fluxos automatizados em ambiente no-code ou low-code, voltados à gestão de projetos estratégicos;
- Monitoramento contínuo de projetos, metas, prazos, indicadores, riscos e entregas;
- Geração automática de relatórios, análises e painéis de controle (dashboards) para apoio à tomada de decisões estratégicas;
- Rastreabilidade completa das ações, consultas e operações realizadas na plataforma;
- Disponibilização de ambiente exclusivo para acompanhamento, auditoria e controle pela SEPE.

**7.4.** Os serviços serão recebidos mediante procedimento formal, que compreenderá as seguintes etapas:

- Entrega da documentação comprobatória da execução e/ou uso da plataforma no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o adimplemento de cada etapa ou período mensal;
- Recebimento provisório, realizado pelo fiscal do contrato mediante inspeção técnica, validação funcional da plataforma e análise da documentação apresentada;
- Elaboração de Relatório Circunstanciado pelo fiscal do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contendo avaliação técnica da execução;
- Recebimento definitivo, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o recebimento provisório, formalizando o aceite dos serviços e autorizando a emissão da respectiva nota fiscal.

**7.5.** A contratada permanecerá responsável por quaisquer vícios, falhas ou inconsistências detectadas após o recebimento definitivo, devendo promover as correções necessárias sem ônus para a Administração, nos termos da legislação vigente e das cláusulas contratuais.

## **7.6. DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO**

**7.6.1.** A contratada deverá disponibilizar plataforma tecnológica 100% on-line, acessível por meio de credenciais individualizadas (usuário e senha), permitindo a consulta, análise e gestão de informações institucionais relacionadas aos projetos estratégicos da SEPE.

**7.6.2.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura ficará condicionada ao recebimento definitivo dos serviços, conforme os procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência.

**7.6.3.** No prazo de até 10 (dez) dias corridos após a execução do serviço ou do período mensal correspondente, a contratada deverá apresentar toda a documentação comprobatória necessária ao atesto.

**7.6.4.** O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato, mediante:



- a) inspeção técnica da plataforma e das ações/funcionalidades disponibilizadas pela plataforma;
- b) verificação da conformidade com as especificações técnicas;
- c) identificação de ajustes ou correções eventualmente necessárias.

**7.6.5.** O fiscal do contrato elaborará Relatório Circunstanciado no prazo de até 10 (dez) dias corridos, registrando a análise técnica e administrativa da execução.

**7.6.6.** O recebimento definitivo ocorrerá após a validação do relatório e da documentação apresentada, formalizando o atesto da execução dos serviços.

**7.6.7.** Caso sejam identificadas irregularidades que impeçam o pagamento, a contratada será formalmente notificada para promover as correções necessárias.

**7.6.8.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por danos, falhas ou descumprimentos verificados posteriormente.

**7.6.9.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com este Termo de Referência ou com a proposta contratada, devendo ser corrigidos às expensas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

## **7.7. DO PAGAMENTO**

**7.7.1.** Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da liquidação da despesa no sistema contábil, atendendo ao disposto no art. 16 do Decreto Municipal nº 112, de 26 de dezembro de 2024, desde que mantidas as condições iniciais de habilitação e não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido à contratada.

**7.7.2.** Os pagamentos serão efetuados integralmente, em correspondência com os produtos/serviços efetivamente fornecidos/prestados no mês anterior ao do pagamento;

**7.7.3.** A nota fiscal devidamente atestada deverá ser apresentada no setor contábil do órgão solicitante, com endereço designado no contrato;

**7.7.4.** Por ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar ainda:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada.

**7.7.5.** O pagamento será realizado, após a apresentação pela Contratada da nota fiscal devidamente preenchida e indicação do banco, agência e conta bancária da empresa que receberá o valor do objeto.

**7.7.6.** Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**7.7.7.** Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

**7.7.8.** A nota fiscal que for apresentada com erro, ou observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à contratada para correção e nesse caso o prazo previsto no subitem 7.2.1. será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

**7.7.9.** Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tanto, a contratada não tenha concorrido de alguma forma; haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do IPCA/IBGE ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

**7.7.10.** Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

**7.7.11.** A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ/MF diverso do registrado no Contrato.

## **7.8. REAJUSTE DE PREÇOS**

**7.8.1.** Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor do objeto, exceto quando, após o período de 12 (doze) meses iniciais de vigência da ARP/Contrato, houver prorrogação da Ata/Contrato, hipótese na qual os preços poderão ser reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurado desde a data do **orçamento estimado**, em consonância com o artigo 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

**7.8.2.** O pedido de reajuste deverá ser formalmente requerido pela fornecedora à Administração Pública, durante a vigência da ARP/Contrato e antes de eventual prorrogação, acompanhado de documentação comprobatória, em conformidade com o Acórdão nº 1894/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE).

**7.8.3.** A Administração Pública terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento, para analisar e responder ao pedido, podendo o reajuste ser formalizado mediante apostilamento.

**7.8.4.** A aceitação da prorrogação da Ata/Contrato sem a formalização do reajuste ou a ausência de requerimento tempestivo implicará na preclusão do direito ao reajuste referente ao período prorrogado, não sendo admitidas solicitações retroativas.



**7.8.5.** Em caso de celebração de contrato decorrente da ARP, **nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste** ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do índice definido na cláusula primeira deste contrato, acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte:

**7.8.6.** Na apuração do saldo contratual para incidência do reajuste serão deduzidos, além dos serviços medidos e pagos até o momento de aquisição do direito ao reajuste, os serviços previstos em cronograma físico-financeiro, mas não executados por culpa exclusiva da CONTRATADA.

**7.8.7.** O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, observadas as demais condições desta cláusula.

**7.8.8.** O percentual final do reajuste não poderá ultrapassar o percentual limite de crescimento da despesa pública para o exercício, fixado nos termos do novo regime fiscal instituído pela Emenda Constitucional n. 126/2022 e pela Lei Complementar 200/2023.

**7.8.9.** O reajuste será formalizado por meio de apostilamento ao contrato.

## **7.9. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**7.9.1.** Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial da ARP/Contrato, desde que configurada e cabalmente demonstrada qualquer das hipóteses do artigo 124, inciso II, alínea “d”, do artigo 134 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**7.9.2.** Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser acompanhada de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, e, caso aprovada, deverá ser formalizada por meio de aditamento ao contrato.

**7.9.3.** A solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulada durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

**7.9.4.** O CONTRATANTE terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo da solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, para decidir sobre o pedido, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**7.9.5.** Qualquer revisão de preços registrada será formalizada mediante termo aditivo à Ata/Contrato, podendo ser solicitada nova planilha de composição de custos e formação de preço, quando necessário.

**7.9.6.** Durante o período de análise do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração Pública poderá suspender novas autorizações de fornecimento ou adesão à Ata, mediante solicitação da fornecedora.

## **8. DAS PROPOSTAS, DA PROVA DE CONCEITO E DOS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO**





## 8.1. DA PROPOSTA

**8.1.1.** Somente serão aceitas propostas que atendam integralmente às condições previstas neste Termo de Referência e no Edital de convocação.

**8.1.2.** Não serão aceitas propostas que incluam funcionalidades, serviços ou condições divergentes do objeto descrito neste Termo de Referência, ainda que apresentem quantitativos adicionais ou características não solicitadas. Também serão rejeitadas propostas cujo valor ultrapasse o valor estimado, sejam consideradas inexequíveis ou contenham rasuras ou inconsistências formais.

**8.1.3.** Serão desclassificadas as propostas cujas soluções não obtenham aprovação na avaliação técnica realizada por meio da Prova de Conceito (PoC), conforme critérios objetivos definidos neste Termo de Referência e em seus anexos.

**8.1.4.** A avaliação técnica da solução proposta constitui etapa obrigatória do julgamento e da classificação definitiva das propostas e será realizada por meio de Prova de Conceito (PoC), conforme roteiro e critérios objetivos estabelecidos no **Anexo A – Prova de Conceito**.

**8.1.5.** A Prova de Conceito será exigida dos licitantes classificados para a etapa técnica, em datas e horários previamente divulgados pela Administração, asseguradas a isonomia, a publicidade e a transparência do procedimento.

**8.1.6.** A demonstração técnica da plataforma será realizada em sessão pública, com participação da Comissão de Contratação e da equipe técnica da Prefeitura Municipal de Caruaru.

**8.1.7.** Os responsáveis pela apresentação deverão comprovar vínculo ou compromisso formal com a licitante, mediante documentação idônea.

**8.1.8.** A avaliação técnica será conduzida por equipe designada pela Administração, com base exclusivamente nos requisitos mínimos e critérios objetivos definidos no Anexo A.

**8.1.9.** As propostas cujas soluções não atendam aos requisitos técnicos mínimos obrigatórios definidos no Anexo A serão desclassificadas.

**8.1.10.** Somente após a aprovação na Prova de Conceito a proposta será considerada apta para classificação definitiva.

**8.1.11.** A Administração disponibilizará o local para a realização da demonstração, cabendo à licitante providenciar os recursos técnicos necessários.

**8.1.12.** A documentação exigida para a Prova de Conceito deverá ser apresentada exclusivamente na sessão pública correspondente.

**8.1.13.** As propostas deverão ter validade mínima de 180 (cento e oitenta) dias.

## **8.2. DA PROVA DE CONCEITO (PoC)**

**8.2.1.** A licitante convocada deverá disponibilizar equipe técnica qualificada para demonstrar, em ambiente operacional ou simulado, as funcionalidades essenciais da plataforma baseada em Inteligência Artificial, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas** a contar da convocação, sob pena de desclassificação.

**8.2.2.** A solução apresentada deverá atender **integralmente aos requisitos técnicos mínimos obrigatórios** e alcançar, no mínimo, **90% (noventa por cento) de conformidade**, conforme critérios objetivos definidos no Anexo A, considerando as funcionalidades essenciais à gestão, acompanhamento e monitoramento de projetos estratégicos.

**8.2.3.** Será admitido compromisso formal da licitante para disponibilização de funcionalidades complementares não essenciais, desde que representem até **10% (dez por cento)** do escopo avaliado e não comprometam a operacionalização da solução, devendo tais funcionalidades estar plenamente disponíveis até a assinatura do contrato.

**8.2.4.** O não atendimento aos requisitos mínimos implicará a desclassificação da licitante, com convocação da proposta subsequente, na ordem de classificação.

**8.2.5.** A demonstração ocorrerá nas dependências da Prefeitura Municipal de Caruaru, em horário previamente definido, sendo de responsabilidade da licitante a disponibilização dos meios necessários à apresentação.

**8.2.6.** A licitante deverá utilizar base de dados modelo compatível com a demonstração completa das funcionalidades exigidas.

**8.2.7.** Caso a demonstração não seja concluída no mesmo dia, a avaliação poderá ser suspensa e retomada no próximo dia útil.

**8.2.8.** Durante a Prova de Conceito deverão ser demonstradas todas as funcionalidades descritas no Anexo A, especialmente aquelas classificadas como essenciais.

## **8.3. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO<sup>3</sup>**

<sup>3</sup> Os critérios de habilitação técnica, conforme o art. 67 da Lei 14.133/2021, têm como objetivo comprovar que o licitante possui a qualificação necessária para a execução satisfatória do objeto da contratação. De acordo com as orientações do TCU, esses critérios referem-se a aspectos específicos do licitante e não devem ser confundidos com os critérios técnicos de aceitabilidade da proposta, que estão relacionados diretamente ao objeto da contratação. Desse modo, as exigências relativas à qualificação técnica são estabelecidas em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente aqueles que asseguram a isonomia, a economicidade, a seleção da proposta mais vantajosa e a eficiência na contratação pública. A definição desses critérios considerou a necessidade de garantir a

### 8.3.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**8.3.1.1.** Para fins de comprovação da qualificação técnica, o licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que o licitante executou ou executa, de forma satisfatória, serviços de natureza e complexidade semelhantes ao objeto desta licitação, consistentes no fornecimento, implantação e operação de plataforma tecnológica baseada em Inteligência Artificial, observadas as seguintes condições:

a) O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar que a solução tecnológica ofertada, de natureza semelhante à pretendida, foi fornecida, implantada e mantida em operação contínua, por período mínimo de 12 (doze) meses consecutivos, sem reprovação técnica ou interrupções decorrentes de descumprimento contratual, entendendo-se, para fins deste item, que:

I – Reprovação técnica corresponde à inexistência de aceite formal do objeto ou à constatação técnica devidamente registrada que tenha impedido o recebimento definitivo ou a operação regular da solução;

II – Interrupções por descumprimento contratual restringem-se às paralisações imputáveis exclusivamente à contratada, não abrangendo suspensões, ajustes, alterações contratuais ou fatos supervenientes alheios à sua responsabilidade.

b) O(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar que a solução comprovada contempla, no todo ou em parte, funcionalidades semelhantes e compatíveis às previstas neste Estudo Técnico Preliminar, especialmente no que se refere a:

I – Gestão, acompanhamento ou monitoramento de projetos, programas ou iniciativas institucionais;

II – Automação de fluxos internos e de tarefas intensivas em conhecimento;

III – utilização de recursos de Inteligência Artificial, aprendizado de máquina ou mecanismos avançados de análise de dados;

execução adequada do objeto, evitando restrições desproporcionais que possam limitar indevidamente a participação de potenciais interessados no certame, respeitando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, de acordo com a complexidade do objeto. Sobre o tema, Marçal Justen Filho na obra “Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei nº 14.133/2021” preceitua: “Quanto maior a complexidade, quanto mais problemática a execução da prestação, quanto mais essenciais as necessidades a serem atendidas, tanto mais severos serão os requisitos de habilitação. Quanto menor a dificuldade na execução da prestação, quanto mais difundidas as técnicas necessárias para executar adequadamente o objeto, tanto menores serão os requisitos de habilitação. Ressalte-se que o próprio elenco das circunstâncias relevantes para a determinação dos requisitos de habilitação é variável em cada caso. (Justen Filho, Marçal - Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei nº 14.133/2021 - São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 777). Dessa forma, ao estabelecer os requisitos de habilitação previstos, a Administração Municipal assegura a eficiência da contratação, alinhando-se ao interesse público e às diretrizes de competitividade mercadológica estabelecidas pela legislação vigente.



IV – armazenamento, organização e análise de informações estruturadas e não estruturadas;

V – Geração de relatórios gerenciais, indicadores e painéis de controle (dashboards).

c) Comprovação de que a solução ofertada possui capacidade técnica, arquitetural e operacional compatível com plataformas institucionais de natureza semelhante, sendo apta a suportar no mínimo 6.000 (seis mil) acessos simultâneos, com níveis adequados de estabilidade, desempenho e disponibilidade, número este definido como parâmetro técnico mínimo de robustez, conforme fundamentação constante em Anexo IV do Estudo Técnico Preliminar, considerando-se, cumulativamente:

I – a disponibilização de recursos computacionais elásticos, capazes de suportar a infraestrutura da solução, permitindo escalabilidade vertical e horizontal de acordo com o volume de acessos e a carga de processamento, assegurando operação eficiente mesmo quando a demanda pontual exceder o limite mínimo estabelecido;

II – a existência de diferentes perfis de usuários, tais como gestores, técnicos, analistas e administradores, com acessos simultâneos e concorrentes;

III – a execução concomitante de processos automatizados, análises de dados e consultas em tempo real;

IV – a necessidade de escala e margem de segurança operacional, compatível com soluções estratégicas implementadas em ambiente de computação em nuvem.

Parágrafo único. A capacidade prevista neste item deverá ser comprovada mediante a apresentação de **documentação técnica idônea, tais como relatório de desempenho, laudo de teste de carga, declaração do fabricante da solução ou atestado complementar** emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado na qual a solução se encontre ou tenha se encontrado em operação.

### 8.3.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.3.2.1. Para comprovação da Qualificação Econômico-Financeira, os licitantes deverão apresentar:

a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei, acompanhados dos termos de abertura e encerramento, que comprovem a boa situação financeira da empresa e;

b) Certidão Negativa de Falência e Concordata, emitida pelo(s) distribuidor(es) da sede ou domicílio da licitante.

### 8.5. FUNDAMENTAÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

8.5.1. Todos os requisitos de habilitação previstos neste Termo de Referência são detalhadamente justificados nos **itens 5.4 e 5.6 do Estudo Técnico Preliminar** que o subsidia. Essa vinculação assegura que cada exigência seja proporcional, razoável e adequada à complexidade do objeto, garantindo a eficiência da contratação e fornecendo respaldo técnico e legal à definição dos critérios de habilitação adotados.

## 9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

**9.1.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Plano Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme estabelece o art. 84. da Lei 14.133/21.

**9.2.** Considerando as conclusões do Estudo Técnico Preliminar (ETP), admite-se, no caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, desde que seja comprovada a vantajosidade, em observância ao art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e ao art. 29, §3º do Decreto Municipal nº 035/2024, devendo a renovação ocorrer em estrita consonância com o entendimento exarado pelo TCE/PE no Acórdão nº 2259/2025.<sup>4</sup>

**9.3.** O prazo de vigência dos contratos oriundos da ARP será de **12 (doze) meses**, e poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, por prazo idêntico à vigência inicial, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

- a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b) A Contratante/Município tenha interesse na continuidade dos serviços;
- c) O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Contratante, permitida a negociação entre os CONTRATANTES, com a finalidade de adequação do valor a esse requisito; e
- d) A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

**9.4.** Nos termos do art. 105 da Lei n. 14.133/2021, deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

**9.5.** A Administração terá a opção de extinguir o contrato na próxima data de aniversário do contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

<sup>4</sup> SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. PRORROGAÇÃO DE ATA. RENOVAÇÃO DE QUANTITATIVOS. POSSIBILIDADE. CONDIÇÕES. PREVISÃO EXPRESSA NO EDITAL E NA ATA. ADESÃO POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES. LIMITAÇÕES. 1. É possível a prorrogação da vigência da ata de registro de preços por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021. 2. O ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços deverá consignar, expressamente, o quantitativo objeto da renovação, em estrita observância aos princípios da legalidade e da publicidade que regem os atos administrativos. 3. Na renovação dos quantitativos registrados na ata de registro de preços quando da prorrogação da sua vigência devem ser observados requisitos específicos de planejamento, análise técnica, pesquisa de preços e concordância do fornecedor. 4. A possibilidade de prorrogação da vigência da ata de registro de preços e da renovação do quantitativo inicialmente registrado devem estar previstas expressamente no edital da licitação e na respectiva ata, em atenção aos princípios da publicidade, da transparência, da vinculação ao edital e da segurança jurídica. 5. A prorrogação da ata de registro de preços com renovação dos quantitativos não se estende automaticamente às adesões por órgãos não participantes, sendo necessário novo pleito de adesão. (TCE/PE, Consulta, Acórdão nº 2259/2025, Processo TCE-PE nº 25101270-0 – Pleno, Relator: Conselheiro RODRIGO NOVAES)



**9.6.** A extinção mencionada não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da data de aniversário do contrato.

## **10. CONTROLE DA EXECUÇÃO E GESTÃO DA ARP**

**10.1.** Durante a vigência da ARP/Contrato, a gestão e fiscalização será exercida pelos servidores abaixo designados:

**GESTOR: Iallan Sebastião da Silva, Mat. 560443**

**FISCAL TITULAR: Ludmila de Oliveira Lima Aragão, Mat. 561759**

**10.2.** O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo IV da Instrução Normativa nº 002, de 14 de julho de 2023, aprovada pelo Decreto nº 050/2023.

**10.3.** As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

**10.4.** A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Adjudicatária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120, da Lei nº 14.133/21.

## **11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1.** Para apuração de infrações e de aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados, de que trata o art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Administração Pública direta e indireta do Município de Caruaru, deverão ser observadas as disposições regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 080, de 30 de julho de 2024.

**11.2.** Nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Municipal de Caruaru, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas previstas nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;





- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**11.3.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas citadas as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

**11.4.** O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator às sanções cabíveis cumulativamente em que haja incorrido, observadas as disposições dos §1º e §2º do art. 12 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**11.5.** A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses elencadas no art. 13 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**11.6.** A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, devendo observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**11.7.** As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas no artigo 16 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**11.8.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 17 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**11.9.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**11.10.** A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**11.11.** Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

**11.12.** Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Penalidade, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

**11.13.** Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração dos fatos e, se for o caso, aplicação de sanção à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao SICAF.

**11.14.** A licitante deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento de mensagens provenientes do Município de Caruaru - PE, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

## **12. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**12.1.** Disponibilizar à CONTRATADA, de forma clara, tempestiva e adequada, as informações, documentos e dados estritamente necessários à implantação, configuração, integração e operação da solução tecnológica contratada, observadas as normas de segurança da informação e de proteção de dados aplicáveis.

**12.2.** Verificar e atestar a conformidade dos serviços prestados e da solução disponibilizada com as especificações técnicas constantes do Edital, do Termo de Referência, da proposta e do CONTRATO, para fins de aceitação, recebimento provisório e recebimento definitivo.

**12.3.** Comunicar formalmente à CONTRATADA, por escrito, eventuais falhas, inconformidades ou irregularidades verificadas na execução dos serviços ou na disponibilização da solução, solicitando as devidas correções, ajustes ou saneamentos, conforme o caso, dentro dos prazos estabelecidos contratualmente.

**12.4.** Designar formalmente servidor(es) responsável(is) pela gestão e fiscalização do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, assegurando o acompanhamento da execução contratual e a adequada interlocução entre as partes.

**12.5.** Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nos prazos e condições previstos no Edital e no CONTRATO, após o atesto da execução dos serviços pela fiscalização competente e a observância dos procedimentos administrativos aplicáveis.

**12.6.** Fornecer, quando solicitado, atestado(s) de capacidade técnica à CONTRATADA, desde que comprovado o regular cumprimento das obrigações contratuais e legais.

**12.7.** Não assumir responsabilidade por obrigações, compromissos ou encargos assumidos pela CONTRATADA perante terceiros, nem por danos decorrentes de atos praticados pela CONTRATADA no âmbito da execução contratual, cabendo a esta responder integralmente por tais ocorrências.

**12.8.** Viabilizar, quando necessário e mediante prévia autorização, o acesso controlado da CONTRATADA aos sistemas, ambientes digitais ou informações institucionais do Município, exclusivamente para fins de execução do objeto contratado, observadas as políticas internas de segurança da informação, controle de acesso e proteção de dados.

**12.9.** Cooperar com a CONTRATADA para a adequada execução do contrato, observados os limites legais e contratuais, disponibilizando as condições institucionais necessárias ao cumprimento dos prazos, à qualidade dos serviços e à continuidade da operação da solução tecnológica.

### **13. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

**13.1.** Executar integralmente os serviços previstos no contrato, assegurando a plena operacionalização da plataforma tecnológica baseada em Inteligência Artificial destinada ao apoio à gestão, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento de projetos estratégicos do Município de Caruaru, conforme as especificações deste Termo de Referência e da proposta apresentada.

**13.2.** Disponibilizar a plataforma em ambiente web, com arquitetura em computação em nuvem, garantindo disponibilidade, estabilidade, desempenho, escalabilidade e continuidade do serviço durante toda a vigência contratual.

**13.3.** Prestar suporte técnico contínuo à operação da plataforma, em modalidade remota e, quando necessário, presencial, observando os níveis de serviço (SLA) estabelecidos, com atendimento a incidentes, esclarecimento de dúvidas, correção de falhas e apoio à utilização das funcionalidades.

**13.4.** Manter a plataforma permanentemente atualizada, incluindo manutenções corretivas, evolutivas e adaptações tecnológicas necessárias à melhoria do desempenho, à segurança da informação e à aderência a alterações normativas, legais ou institucionais, sem ônus adicional para a Administração.

**13.5.** Assegurar a interoperabilidade da plataforma com os sistemas e bases institucionais utilizados pelo Município de Caruaru, especialmente aqueles relacionados ao planejamento, acompanhamento e controle de projetos estratégicos, por meio de APIs, troca estruturada de arquivos ou outros mecanismos técnicos compatíveis, garantindo integridade, rastreabilidade e atualização das informações.

**13.6.** Prestar consultoria e assessoramento técnico à SEPE, orientando quanto às melhores práticas de utilização da plataforma, estruturação de fluxos de trabalho, uso de recursos de Inteligência Artificial, organização de informações institucionais e apoio à tomada de decisões estratégicas.





**13.7.** Capacitar os servidores indicados pela Administração, por meio de treinamentos presenciais e/ou remotos, fornecimento de manuais, tutoriais e materiais de apoio, garantindo o uso adequado, seguro e eficiente da plataforma.

**13.8.** Garantir a segurança, confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações processadas na plataforma, observando rigorosamente a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, em especial a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), bem como as normas e políticas internas de segurança da informação do Município.

**13.9.** Fornecer relatórios periódicos à Administração, contendo informações sobre uso da plataforma, usuários ativos, desempenho operacional, funcionalidades utilizadas, atualizações realizadas e indicadores relevantes para o acompanhamento da execução contratual.

**13.10.** Disponibilizar ao Município de Caruaru, ao final da vigência contratual ou em caso de rescisão, a integralidade das bases de dados, informações e conteúdos institucionais processados na plataforma, em formato aberto, estruturado e interoperável, assegurando que todos os dados permaneçam de propriedade exclusiva da Administração Pública.

**13.11.** Garantir que os profissionais alocados na execução do contrato possuam qualificação técnica compatível com o objeto, experiência adequada e permaneçam disponíveis durante toda a vigência contratual para suporte, treinamento, manutenção e evolução da solução.

**13.12.** Responder integralmente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, não transferindo à Administração qualquer responsabilidade nesse sentido.

**13.13.** Observar todas as normas legais, regulamentares, técnicas e éticas aplicáveis à execução do objeto, atuando com transparência, boa-fé, diligência e responsabilidade, em consonância com os princípios da administração pública.

## **14. SUBCONTRATAÇÃO**

**14.1.** É permitida a subcontratação de até 30% do objeto da presente licitação, limitada aos seguintes serviços:

- a) Hospedagem em data centers terceirizados ou serviços em nuvem, observando os requisitos de segurança, confidencialidade e integridade dos dados da Administração;
- b) Suporte técnico especializado específico, restrito a atividades complementares, treinamento e manutenção corretiva, desde que não comprometa a responsabilidade da contratada principal;
- c) Serviços complementares de infraestrutura tecnológica, incluindo monitoramento, backup e transmissão segura de dados, necessários à operação eficiente do sistema.

**14.2.** A contratada principal manterá responsabilidade integral pela execução de todas as obrigações do contrato, incluindo os serviços subcontratados, devendo:

- a) Assegurar que os subcontratados cumpram integralmente os requisitos técnicos, legais, de segurança e de qualidade previstos no edital;
- b) Garantir que os prazos e níveis de serviço (SLA) contratados sejam rigorosamente atendidos;
- c) Assumir integralmente os riscos decorrentes de falhas ou descumprimentos por parte do subcontratado.

**14.3.** A subcontratação deverá ser previamente comunicada e aprovada pela Administração, mediante:

- a) Apresentação do nome do subcontratado, escopo detalhado dos serviços e percentual do objeto subcontratado;
- b) Comprovação de que os profissionais, infraestrutura e tecnologia do subcontratado atendem aos requisitos do edital;
- c) Registro formal no contrato, com responsabilidades e obrigações definidas de forma clara.

**14.4.** A Administração se reserva o direito de acompanhar, fiscalizar e aprovar qualquer alteração na subcontratação, podendo exigir substituição do subcontratado que não cumpra os requisitos estabelecidos, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada principal.

## **15. DOS LOCAIS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

**15.1.** A prestação dos serviços será realizada, predominantemente, de forma remota, por meio de plataforma tecnológica on-line baseada em computação em nuvem, acessível aos servidores e gestores da Secretaria de Projetos Estratégicos - SEPE e demais unidades eventualmente envolvidas, sem necessidade de deslocamento físico contínuo da contratada para a execução das atividades ordinárias. Todas as funcionalidades da solução, incluindo ingestão e análise de informações estruturadas e não estruturadas, automação de fluxos de trabalho, acompanhamento e monitoramento de projetos estratégicos, geração de relatórios gerenciais, painéis de controle (dashboards) e operação de agentes inteligentes, deverão ser integralmente executadas em ambiente digital.

**15.2.** A contratada deverá assegurar a disponibilidade, estabilidade e operacionalidade contínua da plataforma, bem como a prestação de suporte técnico remoto, garantindo que as demandas da SEPE sejam atendidas dentro dos prazos, níveis de serviço e padrões de qualidade definidos no contrato e neste Termo de Referência.

**15.3.** De forma excepcional e mediante prévio alinhamento com a Administração, poderão ser solicitadas reuniões de acompanhamento, alinhamento estratégico ou ações de capacitação presencial dos servidores, especialmente para implantação inicial, treinamentos específicos ou apresentação de resultados e relatórios gerenciais, sem que tal previsão caracterize obrigação permanente de presença física da contratada ou descaracterize a natureza predominantemente remota da prestação dos serviços.

## **16. DO SIGILO E APLICAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

**16.1.** A CONTRATADA será expressamente responsabilizada pela manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, documentos, registros, conteúdos e bases informacionais a que venha a ter acesso em razão da execução do objeto contratual, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgá-los,

reproduzi-los ou utilizá-los para fins diversos daqueles estritamente necessários à execução dos serviços, sob pena das sanções legais cabíveis, independentemente da classificação de sigilo eventualmente atribuída pela CONTRATANTE.

**16.2.** A CONTRATADA não poderá divulgar, repassar ou tornar acessíveis a terceiros quaisquer informações, dados ou conhecimentos obtidos em virtude da execução do contrato, salvo mediante autorização prévia e expressa, por escrito, da CONTRATANTE.

**16.3.** As partes comprometem-se a observar e proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), bem como do Decreto Municipal nº 058, de 09 de maio de 2024. O tratamento de dados pessoais dar-se-á exclusivamente com base nas hipóteses legais previstas nos arts. 7º, 11 e, quando aplicável, 14 da LGPD, para finalidades legítimas, específicas, explícitas e compatíveis com o objeto contratual.

**16.4.** A CONTRATADA obriga-se a observar rigorosamente os deveres de proteção, confidencialidade e sigilo de todas as informações, dados pessoais e bases de dados a que tiver acesso, sendo vedada a utilização desses dados para qualquer finalidade distinta da execução dos serviços contratados, ainda que de forma indireta ou anonimizada.

**16.5.** Os dados tratados no âmbito deste contrato deverão ser armazenados em ambiente seguro, com mecanismos de controle de acesso baseados em perfis de usuário (role-based access control), registro de logs, rastreabilidade das operações e identificação inequívoca dos usuários, de modo a permitir auditoria completa e apuração de eventuais falhas ou desvios, sendo expressamente vedado o compartilhamento com terceiros não autorizados.

**16.6.** A CONTRATADA deverá implementar medidas técnicas e administrativas adequadas e proporcionais para assegurar a proteção dos dados pessoais e das informações institucionais, prevenindo acessos não autorizados, vazamentos, perdas, alterações indevidas, destruição ou qualquer forma de tratamento ilícito ou inadequado, reduzindo os riscos à Administração Pública Municipal.

**16.7.** A CONTRATADA deverá manter registros atualizados das operações de tratamento de dados pessoais realizadas no âmbito do contrato, assegurando sua rastreabilidade e disponibilidade como prova eletrônica sempre que necessário.

**16.8.** A CONTRATADA deverá permitir e facilitar a realização de auditorias técnicas ou administrativas pela CONTRATANTE, disponibilizando todas as informações, evidências e documentos necessários para demonstrar a conformidade com as obrigações de proteção de dados e segurança da informação.

**16.9.** Sempre que solicitado, a CONTRATADA deverá apresentar documentação comprobatória da adoção e manutenção das medidas de segurança exigidas, de forma a assegurar a auditabilidade da solução tecnológica e a conformidade com a legislação aplicável.



**16.10.** A CONTRATADA será responsável por garantir que todos os seus colaboradores, consultores ou prestadores de serviço que tenham acesso a dados ou informações da CONTRATANTE estejam formalmente comprometidos com o dever de confidencialidade e proteção de dados, mantendo tais termos disponíveis para verificação pela Administração, quando solicitado.

**16.11.** A CONTRATADA deverá revogar imediatamente todos os acessos concedidos a seus colaboradores ou terceiros que deixem de atuar na execução do contrato, garantindo a atualização tempestiva dos controles de acesso.

**16.12.** É vedada à CONTRATADA a disponibilização, cessão ou transmissão, a qualquer título, de dados pessoais, informações institucionais ou bases de dados tratadas no âmbito do contrato, sem autorização expressa e formal da CONTRATANTE.

**16.13.** A CONTRATADA deverá dispor de plano de resposta a incidentes de segurança da informação, incluindo procedimentos de contenção, mitigação e comunicação, de modo a reduzir ou evitar danos aos titulares de dados e à Administração Pública.

**16.14.** Encerrada a vigência contratual ou atingida a finalidade do tratamento, a CONTRATADA deverá interromper o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pela CONTRATANTE e, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, proceder à eliminação completa dos dados e de eventuais cópias existentes, salvo nas hipóteses em que a manutenção seja exigida por obrigação legal, mediante instruções expressas da CONTRATANTE.

**16.15.** Eventuais responsabilidades decorrentes do tratamento de dados pessoais serão apuradas nos termos da Seção III do Capítulo VI da Lei nº 13.709/2018, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e contratuais cabíveis.

## **17. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**17.1.** Os recursos financeiros previstos para o pagamento do serviço são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

**Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Caruaru**

**Órgão orçamentário: 60000 - SECRETARIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS**

**Unidade orçamentária: 60001 - SECRETARIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS**

**Função: 4 - Administração**

**Subfunção: 122 - Administração Geral**

**Programa: 439 - ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS PARA O MUNICÍPIO**

**Ação: 2.8039 - Atividades relativas à Estruturação de Projetos Estratégicos**

**3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa**

**Fonte de recurso: 101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000**

## **18. GARANTIA**

**18.1.** A CONTRATADA prestará garantia de execução contratual, no percentual de 5% (cinco por cento)<sup>5</sup> do valor anual do CONTRATO, nos termos dos artigos 96 a 98 da Lei nº 14.133, de 2021.

**18.2.** Caso a CONTRATADA opte pelo seguro-garantia<sup>6</sup>, a apólice deverá ser apresentada antes a assinatura do CONTRATO, ficando-lhe assegurado prazo mínimo de 1 (um) mês entre a homologação da licitação e a assinatura deste instrumento.

**18.3.** Caso a CONTRATADA opte pela fiança bancária ou pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, a garantia será prestada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do presente CONTRATO, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa aceita pela CONTRATANTE.

**18.4.** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação das sanções administrativas previstas no CONTRATO e poderá ensejar a extinção do CONTRATO.

**18.5.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do CONTRATO e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, bem como obrigações para com o FGTS, não honradas pela CONTRATADA.

**18.6.** A garantia deverá ter validade durante toda a execução do CONTRATO e após 90 (noventa) dias do término do prazo de vigência contratual.

**18.7.** Nos casos de prorrogação do prazo de vigência do CONTRATO ou de alteração do seu valor, por acréscimos, reajuste ou revisão de preços, a garantia deverá ser renovada ou complementada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**18.8.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação ou de multas e indenizações, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição/complementação no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE.

**18.9.** Na hipótese de suspensão do CONTRATO por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

<sup>5</sup> A garantia contratual de 5% do valor do contrato encontra previsão no art. 98 da Lei 14.133/2021.

<sup>6</sup> A modalidade da garantia é uma opção do adjudicatário, dentre as previstas no § 1º do art. 96, da Lei 14.133, de 2021. A depender da modalidade escolhida a garantia será obrigatoriamente prestada no ato de assinatura do contrato. Portanto, a redação do parágrafo primeiro e segundo dependerá dessa escolha.

**18.10.** Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia:

- a) A apólice permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas;
- b) A apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do *CONTRATO* principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;
- c) Será permitida a substituição da apólice na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no *CONTRATO*;
- d) Ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

**18.11.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica indicada no instrumento contratual, com correção monetária.

**18.12.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

**18.13.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**18.14.** A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter e executar, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no *CONTRATO*.

**18.15.** A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do *CONTRATO*, ou a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, mediante a comprovação, por termo circunstanciado, de que a CONTRATADA pagou, até o 45º (quadragésimo quinto) dia após o encerramento da prestação dos serviços, todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação ou que realocou todos os empregados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

**18.16.** Em caso de não comprovação, a CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao *CONTRATO* ou para quitação das contribuições previdenciárias e do FGTS não adimplidas.

**18.17.** O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto à instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades, mas o garantidor não é parte legítima para figurar no respectivo processo.





## **19. PREVISÃO E JUSTIFICATIVA DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES E CONDIÇÕES DE ADESÃO**

**19.1.** Em atendimento ao disposto no art. 86 da Lei nº 14.133/2021, será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços originada deste Termo de Referência, considerando a racionalização dos processos administrativos e a otimização do uso de recursos públicos.

**19.2.** A possibilidade de adesão justifica-se pela necessidade de garantir eficiência na gestão de compras públicas, permitindo que outros órgãos e entidades interessados usufruam das condições contratuais já estabelecidas. Dessa forma, evita-se a duplicidade de processos licitatórios, promovendo a economicidade, a padronização e a otimização dos recursos públicos. Além disso, essa medida fortalece o planejamento estratégico da administração, assegurando a continuidade do fornecimento e a ampliação do acesso a condições vantajosas já pactuadas.

**19.3** Registre-se que o **Tribunal de Contas de Pernambuco**, em sessão plenária, sedimentou entendimento quanto à possibilidade de adesão a Ata de Registro de Preços, por outros órgãos e entidades:

É possível haver adesão à ata de registro de preços (carona) de um município gerenciada por órgãos e entidades de outro município, desde que o Sistema de Registro de Preços tenha sido formalizado mediante licitação e sejam observados os limites e requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, com a redação dada pela Lei Federal nº 14.770/2023” (TCE/PE, Acórdão nº 299/2024 – Pleno, Processo TCE-PE nº 23100248-8 (Consulta), Relator: Conselheiro-Substituto Carlos Pimentel).

**19.4** As solicitações de adesão deverão ser formalizadas e submetidas à **SECRETARIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS**, gerenciadora da Ata de Registro de Preços, acompanhadas da justificativa para a adesão, e enviadas por meio do e-mail [sepe@caruaru.pe.gov.br](mailto:sepe@caruaru.pe.gov.br). O pedido será avaliado e, caso autorizado, deverá respeitar os critérios de compatibilidade e planejamento para garantir o equilíbrio do contrato.

**19.5** Para o controle e estimativa de quantidades passíveis de aquisição pelos órgãos ou entidades não participantes, deverão ser observados os seguintes limites:

- a) A adesão individual de cada órgão ou entidade não participante será limitada a até **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços;
- b) O total de adesões, cumulativamente, não poderá ultrapassar o dobro do quantitativo inicialmente registrado, garantindo-se a viabilidade operacional e financeira do contrato principal.

**19.6** O órgão gerenciador se reserva o direito de analisar o impacto das adesões, considerando a garantia de atendimento prioritário às demandas dos órgãos participantes originais, conforme previsto no planejamento da licitação.

## **20. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

**20.1.** A empresa vencedora ficará responsável pelo fornecimento integral dos serviços objeto desta contratação, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência, no Edital e na proposta vencedora,



garantindo a execução com a qualidade, regularidade e integralidade exigidas, em conformidade com as especificações técnicas e condições pactuadas.

**20.2.** Os casos omissos neste Termo de Referência serão dirimidos à luz das disposições constantes do Edital do certame e da legislação aplicável, em especial a Lei nº 14.133/2021, observados os princípios que regem as contratações públicas.

**20.3.** A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal exigidas para sua participação no certame, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

**20.4.** Fica eleito o Foro da Comarca de Caruaru/PE para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução do objeto desta contratação, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**Caruaru, na data da assinatura eletrônica.**

**IALLAN SEBASTIÃO DA SILVA  
GERENTE DE PROJETOS  
SECRETARIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS**

## ANEXO A - ROTEIRO DA PROVA DE CONCEITO

### 1. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

1.1. A Prova de Conceito consistirá na demonstração prática da solução ofertada pela **LICITANTE**, com vistas a comprovar o atendimento aos requisitos técnicos, funcionais e operacionais previstos no **Termo de Referência** e no **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**.

1.1.1. A Prova de Conceito deverá contemplar, no mínimo, a **execução de um processo teste de gestão de projeto estratégico**, utilizando a plataforma integrada ofertada, demonstrando, em ambiente simulado, a capacidade da solução de organizar, analisar, automatizar e monitorar informações institucionais, com uso de recursos de Inteligência Artificial.

1.1.1.1. Durante a Prova de Conceito, deverão ser demonstradas, no mínimo, as seguintes funcionalidades essenciais, observados os requisitos e classificações de prazo definidos neste Anexo:

- a) ingestão, organização e indexação de documentos e dados estruturados e não estruturados;
- b) criação e acompanhamento de projeto estratégico em ambiente integrado;
- c) utilização de recursos de Inteligência Artificial para análise de informações e apoio à tomada de decisão;
- d) automação de fluxos de trabalho, preferencialmente por abordagem no-code ou low-code;
- e) controle de usuários, perfis de acesso e rastreabilidade das ações realizadas;
- f) geração de painéis gerenciais, relatórios e indicadores de acompanhamento.

1.1.2. O atendimento à **Lista de Verificação de Conformidade** (Item 2 deste Anexo) será obrigatório para fins de comprovação de, no mínimo, **90% (noventa por cento)** das especificações e funcionalidades exigidas no Termo de Referência.

1.2. O não atendimento de requisitos classificados como Prazo Imediato será registrado na avaliação técnica e impactará diretamente o percentual mínimo de conformidade exigido para aprovação da Prova de Conceito.

1.3. Os percentuais utilizados para o cálculo do índice de atendimento serão arredondados para o número inteiro mais próximo, em favor da **LICITANTE**.

1.4. A Prova de Conceito será realizada **presencialmente**, nas dependências indicadas pelo **MUNICÍPIO**, salvo disposição diversa expressamente prevista no instrumento convocatório.

1.5. A **LICITANTE** poderá realizar a Prova de Conceito utilizando:

- a) ambiente de computação em nuvem sob sua responsabilidade; ou
- b) ambiente de máquina virtual fornecido pelo **MUNICÍPIO**.



1.5.1. No caso de utilização de ambiente fornecido pelo MUNICÍPIO, esta se limitará à disponibilização da infraestrutura básica, cabendo integralmente à LICITANTE a instalação da solução, a configuração do ambiente e o fornecimento de todos os recursos necessários à realização da Prova de Conceito.

1.6. A Comissão Avaliadora designada pelo MUNICÍPIO realizará a avaliação da solução apresentada e elaborará **Relatório Técnico**, no qual deverão constar:

- a) descrição objetiva do funcionamento da solução demonstrada;
- b) verificação do atendimento aos requisitos técnicos e funcionais exigidos;
- c) registro das classificações de prazo aplicáveis;
- d) conclusão final de **APROVAÇÃO** ou **REPROVAÇÃO** da solução.

1.7. Em caso de **REPROVAÇÃO**, o Relatório Técnico deverá apresentar, de forma clara e objetiva, as justificativas que fundamentaram a decisão, com indicação expressa dos requisitos não atendidos.

1.8. A prova de conceito poderá ser acompanhada pelas demais licitantes, mas apenas na condição de ouvinte.

1.9. Não será permitida gravação de áudio ou vídeo durante a realização da POC.

## **2. DA ORGANIZAÇÃO, PRAZOS E CONDUÇÃO DA PROVA DE CONCEITO (PoC)**

2.1. A equipe responsável pela avaliação da Prova de Conceito será designada pela autoridade competente do Município de Caruaru, competindo-lhe a condução, acompanhamento e avaliação técnica da solução apresentada.

2.2. Compete à equipe de avaliação do MUNICÍPIO:

- 2.2.1. Garantir a regular execução de todas as atividades relativas à Prova de Conceito;
- 2.2.2. Registrar, quando necessário, as etapas relevantes da demonstração e da avaliação técnica;
- 2.2.3. Emitir Relatório Técnico conclusivo, contendo a manifestação fundamentada quanto à aprovação ou reprovação da solução, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão da PoC.

### **2.3. Dos Prazos para Preparação da Prova de Conceito**

2.3.1. A licitante convocada disporá do prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação formal, para:

- a) disponibilizar o ambiente da solução (em nuvem ou ambiente próprio), devidamente configurado e parametrizado para a realização da Prova de Conceito;
- b) preparar a massa de testes necessária à demonstração dos requisitos técnicos e funcionais exigidos no Termo de Referência e neste Anexo.

2.3.2. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por até 5 (cinco) dias úteis, mediante solicitação formal e devidamente justificada, a critério do MUNICÍPIO

### **2.4. Da Ambientação da Equipe do Município**

2.4.1. A licitante disporá de até 1 (um) dia útil, após a disponibilização do ambiente, para realizar ambientação básica da equipe do MUNICÍPIO na solução apresentada, limitada à explicação do fluxo geral da plataforma e da dinâmica da demonstração.

2.4.2. A ambientação poderá ser dispensada, total ou parcialmente, a critério do MUNICÍPIO.

## **2.5. Da Realização da Prova de Conceito**

2.5.1. A Prova de Conceito será realizada presencialmente, em local a ser indicado pelo MUNICÍPIO no ato da convocação, em horário comercial.

2.5.2. A duração máxima da Prova de Conceito será de até 15 (quinze) dias úteis, contados do início formal da sua realização, podendo ser encerrada antecipadamente mediante decisão fundamentada da equipe avaliadora, caso restem suficientemente demonstrados os requisitos exigidos.

2.5.3. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, excepcionalmente, por até 5 (cinco) dias úteis, mediante justificativa técnica devidamente motivada pela equipe avaliadora e formalmente registrada nos autos, quando necessário para a conclusão da análise ou para esclarecimento de aspectos técnicos relevantes da solução apresentada.

2.5.4. A Prova de Conceito seguirá roteiro previamente definido neste Anexo, sendo facultado à equipe avaliadora:

- a) definir a ordem de demonstração dos requisitos;
- b) agrupar requisitos funcionais correlatos em fluxos operacionais demonstrativos, desde que preservada a verificação objetiva dos requisitos individuais.

## **2.6. Das Regras de Avaliação**

2.6.1. Cada licitante poderá realizar apenas uma Prova de Conceito, vedada a reapresentação integral da solução.

2.6.2. A equipe do MUNICÍPIO poderá solicitar, durante a Prova de Conceito (PoC), nova demonstração pontual de funcionalidades específicas, exclusivamente para fins de esclarecimento técnico, sem que isso caracterize nova Prova de Conceito ou implique alteração, desenvolvimento ou customização da solução apresentada.

2.6.3. Para fins exclusivos da Prova de Conceito (PoC), cuja duração máxima será de até 15 (quinze) dias úteis, os requisitos funcionais e não funcionais avaliados serão classificados conforme segue, com prazos objetivos, peremptórios e limitados à duração da Prova de Conceito:

§1º Considera-se customização, para fins da Prova de Conceito, exclusivamente a parametrização, configuração ou encadeamento de funcionalidades já existentes na solução, sendo vedado qualquer desenvolvimento de novas funcionalidades, módulos, rotinas ou versões específicas para o certame.

### ***I – Requisitos de Prazo Imediato***

Requisitos que deverão estar integralmente implementados, operacionais e demonstráveis no **primeiro dia útil** da Prova de Conceito.

O não atendimento, total ou parcial, de qualquer requisito classificado como Prazo Imediato implicará a reprovação do respectivo requisito, vedada qualquer tentativa posterior de ajuste, correção ou

reapresentação durante a Prova de Conceito (PoC), devendo tal não conformidade ser considerada na apuração do resultado final da avaliação técnica.

## ***II – Requisitos Customizáveis – Curto Prazo***

Requisitos cuja funcionalidade já exista nativamente na solução ofertada, admitindo-se apenas parametrizações simples, realizadas por meio das interfaces padrão do sistema, sem desenvolvimento adicional ou alteração de código-fonte.

Esses requisitos deverão ser integralmente configurados, demonstrados e validados no **prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis**, contados do início da Prova de Conceito.

Encerrado esse prazo:

- a) não serão admitidas novas customizações;
- b) não será permitida reapresentação do mesmo requisito;
- c) a avaliação seguirá para os demais itens do roteiro.

## ***III – Requisitos Customizáveis – Médio Prazo***

Requisitos que demandem configuração mais elaborada, encadeamento de funcionalidades existentes ou preparação técnica adicional, sem desenvolvimento sob medida.

A demonstração desses requisitos deverá ocorrer **até o 10º (décimo) dia útil** da Prova de Conceito, podendo ser comprovada por: demonstração funcional controlada; simulação técnica; evidências documentais; ou atestados de uso em ambiente real.

Após esse marco temporal, não será admitida nova tentativa de ajuste ou reapresentação.

2.6.4. Fica expressamente **vedada** a prática de customização sucessiva, reapresentação reiterada ou reavaliação contínua de um mesmo requisito, ainda que sob o argumento de ajustes incrementais. Cada requisito poderá ser:

- a) avaliado uma única vez, dentro do prazo correspondente à sua classificação;
- b) eventualmente reapresentado apenas uma vez, exclusivamente para esclarecimento técnico pontual, sem alteração do estado funcional previamente demonstrado.

### **2.6.5. Será considerada reprovada na Prova de Conceito a licitante que:**

- a) descumprir os prazos estabelecidos para disponibilização do ambiente ou realização da demonstração, sem justificativa aceita pelo MUNICÍPIO;
- b) apresentar solução que não seja integralmente baseada em ambiente web e computação em nuvem;
- c) deixar de atender a, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos requisitos técnicos e funcionais classificados como Prazo Imediato;
- d) não demonstrar, de forma objetiva, as funcionalidades essenciais previstas no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

2.6.6. Em caso de **falha técnica relevante** na solução durante a Prova de Conceito, será concedido à licitante um único prazo de até 24 (vinte e quatro) horas úteis para restabelecimento da demonstração.

2.6.8. Persistindo a falha ou não sendo sanada no prazo concedido, a licitante será **reprovada** na Prova de Conceito.





## 2.7. Da Publicidade e Acompanhamento

2.7.1. A Prova de Conceito poderá ser acompanhada pelas demais licitantes, exclusivamente na condição de observadoras, sendo vedada qualquer forma de interferência.

2.7.2. Não será permitida a gravação de áudio, vídeo ou captura de tela durante a realização da Prova de Conceito, ressalvados os registros formais realizados pela Administração.

## 2.8. Do Resultado

2.8.1. O resultado da Prova de Conceito será formalizado por meio de Relatório Técnico, e divulgado nos autos do processo.

2.8.2. Na hipótese de reprovação da licitante convocada, será chamada a licitante classificada em posição subsequente, observada a ordem de classificação, até que se obtenha solução aprovada ou se esgotem as propostas válidas.

## 3. LISTA DE VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE

A Prova de Conceito abrangerá a avaliação das funcionalidades essenciais da solução ofertada, bem como a comprovação objetiva de sua operacionalidade, desempenho, segurança da informação e aderência às necessidades institucionais da **Secretaria de Projetos Estratégicos – SEPE**.

A verificação de conformidade será realizada com base na demonstração prática da solução, devendo a Comissão Avaliadora registrar, para cada item avaliado, o respectivo atendimento.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CLASSIFICAÇÃO	ATENDE	NÃO ATENDE	OBSERVAÇÃO
1	Acesso seguro à plataforma com usuário administrador (“Master”)	Prazo Imediato	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2	Upload e organização de documentos em múltiplos formatos (PDF, DOC/DOCX, XLS/XLSX)	Prazo Imediato	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
3	Indexação e pesquisa textual sobre documentos e dados carregados	Prazo Imediato	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
4	Criação e acompanhamento de projeto estratégico na plataforma	Prazo Imediato	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
5	Associação de documentos, dados e registros ao projeto	Prazo Imediato	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	



ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CLASSIFICAÇÃO	ATENDE	NÃO ATENDE	OBSERVAÇÃO
6	Utilização de Inteligência Artificial para análise e resposta contextual sobre informações do projeto	Prazo Imediato	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
7	Geração de painéis gerenciais e indicadores de acompanhamento	Prazo Imediato	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
8	Automação de fluxo de trabalho por abordagem no-code ou low-code	Customizável Curto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
9	Personalização de formulários e regras de negócio sem alteração de código-fonte	Customizável Médio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
10	Controle de usuários, perfis de acesso e permissões	Prazo Imediato	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
11	Registro e rastreabilidade das ações realizadas na plataforma (logs)	Prazo Imediato	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
12	Geração de relatórios analíticos e exportação de informações	Customizável Curto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 93F0-F233-D76C-0DB7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



IALLAN SEBASTIAO DA SILVA (CPF 082.XXX.XXX-96) em 16/03/2026 13:43:23 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/93F0-F233-D76C-0DB7>